

Como pensar a recuperação da economia

Abílio Diniz

AS esperanças de uma reativação do nível de atividade econômica e de uma contínua queda na taxa de inflação — que era predominante no final do ano passado — foram seriamente abaladas nos últimos dois meses na medida em que fomos tomando conhecimento dos principais indicadores econômicos. Uma expectativa menos otimista começa a tomar lugar e a economia brasileira acabou entrando num compasso de espera diante o quadro de incertezas e indefinições a respeito do comportamento futuro da economia.

Contribuíram para criar este clima os resultados desfavoráveis no combate à inflação, na execução da política monetária e o desempenho decepcionante das exportações brasileiras nos últimos dois meses. Os indicadores convencionais de nível de atividade econômica também não mostram nenhum sinal evidente de recuperação. Em janeiro, a produção industrial manteve a tendência de queda e a taxa de desemprego aumentou em quase todas as regiões metropolitanas do país. Os indicadores mais recentes da FIESP mostram, para o setor industrial, uma tendência à estabilização no nível de emprego, mas nenhum recuperação.

Mais preocupante, no momento, do que a ausência de indicadores econômicos favoráveis é a ausência de perspectivas e a crescente apreensão que se vem alastrando no meio empresarial. De fato, os fatores imediatos que levaram a economia brasileira em 1981 para a sua mais profunda recessão persistem neste início de ano. Corremos assim o risco de repetirmos um desempenho econômico tão negativo quanto o de 1981, com o agravante de que as condições econômica e social do país estão muito mais debilitadas este ano.

As elevadas taxas de juros, tanto no mercado interno como no mercado internacional, não dão sinais de queda. No mercado interno, as autoridades monetárias têm sido obrigadas a se utilizar do *Open* até a sua saturação, para evitar um descontrole monetário, pressionando evidentemente as taxas de juros. O mais apreensivo é que as causas primárias da expansão monetária (subsídios creditícios, déficit das estatais, etc.) continuam atuando sem nenhuma perspectiva de controle, o que não nos permite vislumbrar quando as autoridades monetárias deixarão de pressionar as taxas de juros no *Open*. As elevadas taxas de inflação nos dois primeiros meses acabaram revertendo as expectativas de queda, e deverão provocar um aumento na correção monetária e cambial, com reflexos previsíveis sobre a taxa de juros. Com os juros reais nos atuais níveis a retomada dos investimentos privados e do consumo de bens duráveis se torna cada vez mais remota.

O enorme déficit do setor público continua exigindo ainda o controle do seu dispêndio e a transferência de recursos do setor privado para o setor público, via elevação da carga tributária e captação de poupança financeira, o que também afeta negativamente a atividade do setor privado.

As dificuldades do setor externo também persistem em 1982 e a obtenção de superávit comercial considerável neste ano depende muito mais do controle das importações, pois as exportações estão encontrando dificuldades de expandir de acordo com as metas oficiais. Além disso, não seria exagero retórico afirmar-se que a política econômica brasileira, no último ano e meio, está sendo conduzida pela situação de desequilíbrio cambial e pela dívida externa. Ninguém hoje duvida que a decisão de praticar uma política nitidamente recessionista em 1981 foi determinada pela possibilidade de eclosão de uma crise cambial no início do ano passado, se os rumos da economia não fossem ajustados. Como resultado desta mudança experimentamos a pior crise econômica desde a Segunda Guerra Mundial. Com isso, o Brasil deu mostras de ser capaz de alterar o curso de sua política econômica, quando as condições externas assim o exigiram.

O que importa discutir no momento é se o país já não ganhou algum espaço de manobra para evitar, em 1982, o que ocorreu no ano passado. Em outras palavras, teremos que suportar a perspectiva de um desempenho tão negativo de crescimento econômico no corrente ano, ou é possível pensa-se em recuperação da economia?

É imperioso que se procure resolver os problemas econômicos com menor custo social possível. Em 1981 muitos trabalhadores perderam os seus empregos e estão sem perspectivas de recuperá-los; a classe média está assustada e o poder de compra de seus salários diminuindo continuamente; as pequenas e médias empresas estão sufocadas pelas quedas nas vendas e pelos altos juros, correndo o risco de caminhar para a insolvência; as grandes empresas, também sufocadas pelas quedas nas vendas e pelos altos juros, estão esgotando as suas reservas; os agricultores que tiveram que arcar pesadamente com o ônus da política antiinflacionária estão descapitalizados e desanimados.

NÃO podemos mais, neste momento delicado, assumir uma atitude de passividade e o atual imobilismo da política econômica deve ser rompido. Além disso, a recessão é remédio de rico e o nosso país não tem condições de suportá-lo por dois anos consecutivos. Mesmo que cresçamos cerca de 4% em 82, apenas conseguiremos voltar ao patamar de 1980. Paralelamente, acredito que a violenta desaceleração do setor industrial e a imensa capacidade ociosa pode ter efeitos perversos sobre a própria balança comercial, pois os preços dos produtos de manufaturados exportados podem ser afetadas pela elevação do custo fixo unitário, ditada pela diminuição de vendas ao mercado interno.

Não se pede que o Governo abandone aquilo que está fazendo corretamente, nem que abandone a política antiinflacionária e de ajuste no balanço de pagamentos. Mas na condução da política econômica é imperiosa uma maior sensibilidade para os enormes custos sociais e os problemas que já afligem todos os segmentos da sociedade brasileira.

É preciso que os empresários, individualmente ou através das entidades de classe, debatam as propostas e encaminhem as melhores soluções para sairmos deste impasse. E neste debate não devemos esquecer de que a verdadeira recuperação da economia brasileira passa necessariamente, a curto prazo, pela redução na taxa de juros; a médio prazo, por uma reforma fiscal e orçamentária que permita, na fase de recuperação da economia, eliminar o déficit do setor público como um todo, incluindo as estatais; e a longo prazo, por mudanças mais profundas na estrutura de preços relativos gerados pela crise do petróleo.

Hoje, sem dúvida, a taxa de juros constitui um dos elos críticos e a sua redução seria o primeiro passo para caminharmos para uma recuperação e para a remoção dos demais obstáculos. A recente proposta feita pela FIESP, de vinculação dos empréstimos internos aos externos e eliminação do controle quantitativo do crédito, é perfeitamente exequível e capaz de baixar a taxa de juros, sem se perder controle sobre a política monetária. A adoção desta medida seria também o primeiro passo a romper o atual imobilismo e acabar com as apreensões e, com isso, retomar o controle sobre a política econômica, reorientando no sentido de atender às necessidades reais de crescimento da economia brasileira.

Abílio Diniz é diretor-superintendente do Grupo Pão de Açúcar e membro do Conselho Monetário Nacional